



## GT 006. Alimentação, Cultura e Direitos Sociais

Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a, Rogéria Campos de Almeida Dutra (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Debatedor/a, Sandra Simone Queiroz de Moraes Pacheco (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA) - Debatedor/a, Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Debatedor/a

O projeto de construção de uma comunidade global baseada em padrões universais e progressivos de decisão, moralidade e dignidade humanas constitui uma das grandes transformações do século XX, tendo como marco significativo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse âmbito, o Direito Alimentar tem sido objeto da reflexão antropológica desde 1940 e a crescente sua participação no debate contemporâneo em função de sua interconexão com a crise alimentar em suas diferentes facetas, tais como: mecanismos institucionais de poder e práticas administrativas, relações de dominação entre grupos e nações, crise ecológica e produção em larga escala, concentração de renda e empobrecimento de grandes contingentes populacionais, relações entre saberes tradicionais e saber científico etc. No Brasil, a Constituição de 1988 representou um avanço significativo na possibilidade de consolidação de um conjunto de Direitos Sociais, dos quais a alimentação ocupa um lugar central, seja na efetivação da dignidade humana e cidadania, seja na possibilidade dos grupos sociais reproduzirem suas existências nos seus lugares de atuação. Assim, o GT busca assegurar e ampliar o espaço de discussão da Antropologia da Alimentação e colocar em perspectiva questões relativas aos riscos e controvérsias sobre a segurança alimentar e nutricional, dos ativismos políticos e das políticas públicas, que assegurem o direito à alimentação, soberania e cultura alimentar nos seus aspectos multidimensionais.

### **Neoextrativismo, Bem Viver e Segurança e Soberania Alimentar: um estudo da experiência quilomba e de novas racionalidades de consumo alimentar na Amazônia**

**Autoria:** Maycom Douglas Ferreira do Nascimento

Este ensaio é parte de uma pesquisa em âmbito nacional no Brasil, envolvendo três regiões distintas: Norte, Centro-Oeste e Sul. Intitulada: "Comida de Quilombo no Brasil: saberes, práticas alimentares e experiência em contextos do Sul, Centro-Oeste e Norte". O estudo se insere na discussão da soberania e segurança alimentar e vem buscando no seu esforço analítico inicial tratar sobre a experiência de resistência contra-hegemônica em contexto de comunidades quilombolas na Amazônia, em particular, na Ilha do Marajó/Salvaterra (um dos sítios de pesquisa) que reforça a necessidade de superação dos atuais modelos de desenvolvimento no espaço rural na América Latina e, ao mesmo tempo, evidencia esses sujeitos não como meros objetos de estudos, mas como protagonistas da elaboração de uma nova racionalidade civilizatória de consumo alimentar. A partir de estudo de caso em comunidades quilombolas na Ilha do Marajó, este work se propõe analisar como as ações inseridas em contextos de desenvolvimento neotrativistas operam no respectivo território e influenciam diretamente no direito à alimentação desses grupos, colaborando com a destruição dos modos de criar, fazer e viver, especialmente em relação à segurança e soberania alimentares, e atingindo diretamente a busca pelo bem viver de povos e comunidades tradicionais. Dando corpo a chamada pesquisa-ação, empregamos abordagem qualitativa e acionamos procedimentos metodológicos de observação direta e participante e de entrevistas semiabertas e estruturadas. Os dados apontam que há processos de desterritorialização em curso, capitaneados por indivíduos que se opõem aos movimentos



quilombolas e pelo próprio Estado. Em geral, essas violações de direito estão associadas à expansão de criação de gado, ao uso extensivo de agrotóxicos para plantação de capim e arroz e a diferentes modos de apropriação de recursos naturais. Em comum, tem-se um cenário de reivindicação por regularização fundiária encampado pelas comunidades perante órgãos do Estado ou da União, no qual sustenta-se a necessidade de titulação territorial como meio de efetivação de direitos e de consecução do bem viver almejado. As estratégias adotadas pelos grupos acabam recuperando o que a literatura aponta como teorias pós e decoloniais e concretizando práticas reais de contra-hegemonia, que podem contribuir com o repertório de ações coletivas de outros povos e comunidades tradicionais da América Latina, especialmente em contextos políticos nacionais e regionais pós-democráticos.

[Trabalho completo](#)



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

